

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: » Verificação... ..	2
Título: Itaipu sob novo comando	2
Título: Subsídio ao agronegócio cobrado na conta de luz é irregular, avalia TCU	2
Título: 1 mês após Brumadinho, ainda restam luto e lama	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Governo acerta fim de subsídio rural na luz, mas mantém acúmulo de benefícios	5
VEÍCULO: O Globo.....	6
Título: Espalhando lama	6
Título: Um mês de Brumadinho, um mês de desaparecidos	7
Título: Vazamento de rejeitos em Barcarena completa um ano	9

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/02/2019****Seção: Colunas****Autor: Alberto Bombig****Título: » Verificação...**

Coluna do estado

No acordo firmado entre o Ministério Público Federal, o de Minas Gerais e a Arcelor Mittal Brasil, a empresa concordou em bancar uma segunda auditoria, a cargo de terceiros, para suas barragens.

» **...dupla.** A segunda auditoria se reportará aos investigadores. Neste mês, moradores de Itatiaiuçu (MG) foram retirados de casa por causa de riscos na barragem de Serra Azul.

» **Boa vontade.** A Arcelor Mittal aceitou quase todos os termos dos procuradores e promotores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/02/2019****Seção: Colunas****Autor: Luana Pavani****Título: Itaipu sob novo comando**

Alto Escalão

O presidente Jair Bolsonaro nomeou o ex-ministro da Defesa e general Joaquim Silva e Luna como diretor-geral brasileiro da Itaipu, substituindo Marcos Stamm.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/02/2019****Seção: Economia****Autor: Anne Warth / BRASÍLIA****Título: Subsídio ao agronegócio cobrado na conta de luz é irregular, avalia TCU**

Mudança. Para a área técnica do órgão, os subsídios são "completamente desalinhados" com as leis que regulam o setor e até com a própria Constituição;

benefício foi derrubado por Temer no fim de 2018, mas governo Bolsonaro prometeu retomá-lo

Na semana passada, o agronegócio comemorou uma vitória. O governo de Jair Bolsonaro decidiu voltar com o subsídio que o setor recebe nas contas de luz, derrubado no fim do ano passado pelo ex-presidente Michel Temer. Uma avaliação feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), porém, dá razão a Temer: para a área técnica do órgão, esses subsídios estão "completamente desalinhados" com as leis que regulam o setor e até com a própria Constituição.

Em outras palavras, são ilegais. Os subsídios – não só para o agronegócio – estão embutidos na conta de luz de todos os brasileiros. No total, chegam a mais de R\$ 20 bilhões, sendo 17% desse total só para os agricultores. Pelo decreto editado no fim de 2018, o benefício aos produtores rurais começaria a ser reduzido este ano, ao ritmo de 20% ao ano, até ser zerado em cinco anos.

Menos de um mês depois da publicação do decreto, porém, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e deputados da bancada ruralista começaram a pressionar o governo a recriar o benefício. O deputado Heitor Schuch (PSB-RS) apresentou projeto de decreto legislativo para suspender os efeitos do decreto de Temer, e a proposta chegou a constar da pauta de votações do Plenário da Câmara. Mas nem foi preciso. Na semana passada, o líder do governo na Câmara, Vitor Hugo (PSL-GO), disse que o governo revogaria o decreto.

Para o TCU, porém, isso não deveria ocorrer. O ministro Aroldo Cedraz, relator do caso no órgão, acolheu um parecer da área técnica do órgão apontando falhas e vícios na gestão da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), taxa cobrada na conta de luz dos consumidores de todo o País. A avaliação é de que não apenas o subsídio para a atividade rural nada tem a ver com a política energética do País, mas também os concedidos para irrigação, aquicultura e empresas que prestam serviços de água, esgoto e saneamento.

O entendimento é que esses benefícios só podem ser financiados com recursos públicos do Orçamento Geral da União – ou seja, por meio de tributos e impostos. Voto. A cobrança de taxas na conta de luz para manter esses benefícios é "ilegítima" e "extrapola os limites do nosso ordenamento jurídico", disse Cedraz, em seu voto. Para ele, o governo precisa dar "efetividade" à lei que estabeleceu uma política de redução estrutural dessa despesa.

Após apresentação do voto, porém, o ministro Walton Alencar pediu vista do processo e alegou a necessidade de esclarecer dúvidas sobre o tema. A discussão agora terá de ser retomada. Procurado, o MME informou que o assunto está em estudo pela pasta, em conjunto com os Ministérios da

Economia, do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, com a participação da Casa Civil da Presidência da República.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Giovana Girardi Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BRUMADINHO

Título: 1 mês após Brumadinho, ainda restam luto e lama

Com 177 mortos e 133 desaparecidos, rompimento de barragem marca as rotinas das famílias na cidade; trabalho de resgate é cada vez mais difícil

"Para quem vamos dar presente no Dia dos Pais?", perguntam dois meninos angustiados com o futuro. "Pra mim", tenta aliviar a mãe. O diálogo se dá no Parque da Cachoeira, comunidade atingida pela lama da barragem da Vale que rompeu em Brumadinho (MG). Quem pergunta são os filhos de Flaviano Fialho, de 34 anos, funcionário da Vale, cujo corpo foi achado em 27 de janeiro, dois dias após a tragédia. Com 9 e 6 anos, os garotos têm feito muitas perguntas à mãe, Fernanda Fialho, de 31 anos.

A lembrança está em casa, mas também nos arredores. Uma língua formada pela onda de rejeitos, de aproximadamente 100 metros, pode ser vista no local. De um lado, casas que chegaram a ter meio metro de lama em suas paredes. No meio, residências cuja existência só se constata porque é possível ver seus telhados. Uma estrada interrompida surge do outro lado.

A tragédia de Brumadinho completa um mês amanhã com saldo de 177 mortos já identificados, a maior parte homens, e 133 desaparecidos, uma cidade com várias comunidades ainda tomadas pela lama e uma população desorientada, tentando retomar sua vida, mas ainda sem saber para onde ir. A maior parte das vítimas já identificadas é homem (77%), pai, trabalhador da mineração.

A Vale anunciou anteontem que manterá por um ano, ou até que seja fechado um acordo definitivo de indenização, o pagamento de 2/3 dos salários de todos os empregados próprios e terceiros que morreram. Enquanto isso, muitas famílias ainda aguardam um corpo para enterrar – busca cada vez mais complexa. "Como a onda destruiu a maior parte das estruturas, os corpos são espalhados ou lançados em distância muito grande ou às vezes até destruídos", afirma o tenente Pedro Aihara, porta-voz dos Bombeiros.

Exames de DNA têm ajudado na identificação das vítimas. E a lama avança pelo Rio Paraopeba. Anteontem, o governo de Minas estendeu a área onde não é recomendado usar a água sem tratamento. Antes, era até a cidade de Pará de

Minas, a cerca de 75 quilômetros de Brumadinho. Agora, o veto vai até Pompéu, a 200 quilômetros.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Governo acerta fim de subsídio rural na luz, mas mantém acúmulo de benefícios

Mercado Aberto

A bancada ruralista deverá aceitar o fim do subsídio na conta de luz do consumidor do campo em cinco anos, desde que se possa manter outros benefícios enquanto isso, de acordo com uma pessoa que acompanha as negociações.

No fim de 2018, o presidente Michel Temer publicou um decreto que determinava uma redução progressiva de descontos na energia.

Pela regra, o subsídio rural ia diminuir 20% ao ano, até acabar. Além disso, os clientes não poderiam ter dois descontos — um por serem do campo, outro por usar a energia na irrigação.

Há uma tentativa no Congresso de derrubar o decreto de Michel Temer por meio de um projeto de lei.

O texto chegou a tramitar com urgência na Câmara dos Deputados, mas o presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ) retirou essa condição do projeto.

Setores do governo interessados em terminar com o subsídio chegaram a um entendimento com representantes dos ruralistas para manter o fim progressivo, desde que não se acabe com o desconto cumulativo para a regra.

O cálculo é que a subvenção aos clientes rurais custa cerca de R\$ 3 bilhões por ano, enquanto o incentivo à aquicultura sai por R\$ 900 milhões.

Ainda não está decidida a forma pela qual se dará esse acordo, mas provavelmente será um novo projeto de lei.

A conta total de subvenções em 2018, que inclui outros tipos de benefícios, chegou a R\$ 20 bilhões. Em 2019, o orçamento é de R\$ 20,2 bilhões.

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/02/2019****Seção: Colunas****Autor: Lauro Jardim****Título: Espalhando lama**

ECONOMIA

Parte da estratégia de defesa da direção da Vale será tentar jogar a lama da tragédia sobre a diretoria antiga, comandada por Murilo Ferreira, que deixou o cargo 20 meses antes do desastre em Brumadinho.

Todo cuidado é pouco

Também está decidido que Fabio Schvartsman vai depor nas CPIs na Câmara e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais munido de um habeas corpus preventivo.

Em perigo

A Vale está em pânico com a possibilidade de ser pedido o reassentamento de famílias que vivem perto de suas barragens em Minas Gerais. No estado, há muitas cidades com forte adensamento populacional onde a empresa possui minas. Por exemplo, Nova Lima e Itabirito, ambas situadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O custo para uma operação de reinstalar tantas famílias seria de bilhões de reais — e poderia ser a ruína financeira da Vale.

PETRÓLEO

Excesso de reuniões

O conselho de administração da Petrobras reuniu-se 57 vezes no ano passado. Mais de uma vez por semana. De acordo com um levantamento da própria estatal, os conselhos de suas concorrentes no resto do mundo reuniram-se, em média, dez vezes em 2018. Menos de uma vez por mês. E que ninguém imagine que os conselheiros da Petrobras se encontram tanto para ganhar um jetom mais polpudo.

A remuneração é de R\$ 11 mil por mês e ponto.

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/02/2019****Seção: O País****Autor: ANA LUCIA AZEVEDO****Título: Um mês de Brumadinho, um mês de desaparecidos**

Como uma tragédia dentro da tragédia, a dor de familiares que podem nunca encontrar corpos de vítimas da lama

Ao ouvir o nome de Samara, as lágrimas começam a escorrer pelo rosto de dona Maria da Conceição dos Santos, de 61 anos. A face perdeu a expressão, e dona Maria é silêncio. Está assim desde que Samara, sua filha de 27 anos, desapareceu soba onda de rejeito de mineração gerada pelo rompimento da barragem da Vale, em Córrego do Feijão (MG). A tragédia completa amanhã um mês, e Samara permanece na lista de desaparecidos, que, na sexta-feira, somava 133 pessoas, a maioria empregados terceirizados da mineradora, como ela, e integrantes de comunidades ribeirinhas. Outros 177 mortos foram identificados.

As famílias dos desaparecidos vivem a tragédia dentro da tragédia. Apesar dos esforços dos bombeiros, alguns podem nunca ser encontrados, presos na lama. Samara Cristina dos Santos Souza era ajudante de cozinha. Estava no refeitório da mina e ligou para um irmão quando a barragem rompeu. Depois, sumiu sob os rejeitos, conta sua irmã Solange Maria de Souza, de 39 anos, que guarda dela uma foto no celular em que sorri ao lado do filho de 8 anos. Com Samara está desaparecida na lama sua melhor amiga, Carla Borges Pereira.

— A gente só quer enterrá-la e dar descanso para minha mãe. Tirar a Samara da lama — diz Solange.

A família vive numa casa de tijolos aparentes e placas no lugar de cercas, numa estrada de terra usada pelas mineradoras à beira do Paraopeba em Peixe do Funil, em São Joaquim de Bicas, vizinho a Brumadinho.

— Não sabemos o que fazer, a quem recorrer. Também estamos perdidos — afirma Solange.

“ELE VAI CONSEGUIR VOLTAR”

Como Solange, Rosemeire Lícia dos Santos Brito, de 51 anos, busca um irmão. O soldador Rogério Antônio dos Santos, de 56 anos, deixou mulher e um filho. Um outro irmão de Rosemeire, Ronaldo, é motorista de caminhão e estava acima da Barragem 1 na hora em que ela se rompeu. Ele viu a estrutura estourar e sabia que Rogério estava no refeitório.

— Ele viu quando a onda destruiu tudo. Ele não esquece — diz Rosemeire, que se preocupa com a mãe.

Dona Luisa Lícia Soares, de 75 anos, espera o filho.

— Minha mãe acha que o Rogério um dia vai sair dos matos e voltar para casa — conta Rosemeire. — Ela pensa que ele está por aí, que ele vai conseguir voltar. Por favor, precisam devolver o corpo do meu irmão para a minha mãe ter paz.

É a paz que buscam os parentes de Manoel Messias Souza Araújo, de 57 anos, visto pela última vez quando fugia da lama da Vale, que arrasou sua casa em Parque da Cachoeira. Sua sobrinha, Ana Cristina Cardoso Araújo, de 39 anos, conta que o tio morava com sua mãe, e o padastro vivia de pequenos serviços na vizinhança. Os pais foram levados para um hotel pela Vale, e Ana Cristina diz que a empresa limita as visitas que recebem. Do tio, ficaram as lembranças e o nome na lista dos desaparecidos. Nem o telhado da casa mais se vê.

— Há um ano a Vale fez um cadastro dos moradores e nunca mais voltou. Por favor, pedimos ao país para não nos esquecer. Não deixem que esqueçam as vítimas de Brumadinho. Queremos justiça. A vida do meu tio não valia nada? Queremos dar descanso para ele — revolta-se Ana Cristina.

DOR E INDIGNAÇÃO

Para famílias dos mortos identificados, restaram o sofrimento e a indignação. Por três vezes a lama da Vale atingiu Rosângela Maria Matos, de 53 anos. Matou o seu filho, Duane Moreira de Souza, de 33. Matou a sua irmã, Eva Maria de Matos, de 56. E destruiu o Rio Paraopeba sobre o qual se debruça sua casa, no bairro de Pires, em Brumadinho.

— Essa tragédia vai fazer um mês, mas, para mim, não terá fim. A Vale destruiu o meu mundo. Essa lama tem o sangue do meu filho e da minha irmã. Tive que me despedir do meu menino em caixão fechado. Isso não pode ficar impune. Não há justiça. Lembrem de Mariana e vejam que não existe justiça — frisa.

Duane morreu no dia do seu aniversário. A mãe o esperava para lhe dar os parabéns. Quem chegou foi a polícia para avisar que o manobreiro de trem — era ele quem dava instruções ao maquinista do trem arrastado pelo tsunami de rejeito — estava na mina atingida. Duane deixou viúva e três filhos.

— Minha vida é dor e revolta. Tenho recebido muito apoio dos amigos e da empresa em que trabalho, a MRS. Mas da Vale, nada. Tem só uma coisa que quero na vida, ver essa gente presa e olhar nos olhos deles e perguntar porque

deixaram o meu filho e a minha irmã morrerem. Deixariam as famílias deles lá? — questiona Rosângela.

Ela fez um oratório para o filho e a irmã e se orgulha das rosas vermelhas no jardim, plantadas por Duane. Pensa nas outras mães de mortos e desaparecidos:

—Meu filho era o meu melhor amigo. Muitas mães sofrem assim. Haverá justiça para as mães de Brumadinho?

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/02/2019

Seção: O País

Autor: NICOLLAS WITZEL

Título: Vazamento de rejeitos em Barcarena completa um ano

Mineradora norueguesa contesta laudo de contaminação do Rio Murucupi

Três anos depois do maior desastre ambiental do Brasil, em Mariana (MG), e um mês após a repetição da tragédia em Brumadinho, que deixou 177 mortos e 133 desaparecidos até a última sexta-feira, um terceiro caso de contaminação por rejeitos de minério está fazendo seu primeiro aniversário. Em 17 de fevereiro de 2018, um vazamento na mineradora norueguesa Hydro Alunorte, em Barcarena (PA), contaminou o Rio Murucupi com metais pesados como chumbo, arsênio e mercúrio.

Diferentemente das barragens de Minas, os rejeitos do Pará ficam acumulados em grandes bacias de sedimentos, que, quando operadas acima da capacidade, transbordam. Após dois dias de chuva, partes de Barcarena ficaram submersas em uma água de cor avermelhada, a mesma da bauxita beneficiada pela Hydro.

Segundo o coordenador das comunidades quilombolas locais, Mario Santos, pelo menos 14 bairros e mais de 30 mil famílias foram atingidas. Os rios Pará e São Francisco também receberam rejeitos.

Um ano depois, os moradores dizem que parte das medidas de recuperação delegadas à empresa não vem sendo cumprida. E relatam um crescimento da ocorrência de doenças de pele, principalmente em crianças, que passaram a apresentar coceira e feridas.

A contaminação foi constatada por um laudo do Instituto Evandro Chagas (IEC).

— O nível de alumínio chegou a 36 vezes acima do normal. A quantidade de chumbo ultrapassou a permitida pela legislação, assim como o cromo, o arsênio

e o mercúrio, todos presentes na operação da empresa — diz Marcelo de Oliveira Lima, pesquisador do IEC responsável pelo laudo.

A Hydro moveu um processo contra Marcelo por calúnia e difamação. E apresentou um novo estudo negando que houvesse quaisquer resíduos tóxicos nas águas de Barcarena.

No mês seguinte ao vazamento, um segundo canal de despejos foi descoberto pelo Ministério Público (MP) e, seis dias depois, um terceiro foi encontrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente. O Tribunal de Justiça do Pará determinou que a Hydro pagasse uma multa de R\$ 150 milhões por danos ambientais, reduzisse sua produção no local em 50% e ainda embargou uma bacia de rejeitos da empresa.

A mineradora foi obrigada a assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) se comprometendo a reparar os danos causados às populações ribeirinhas. A comunidade alega que o termo não vem sendo cumprido satisfatoriamente. Segundo o documento, todas as famílias que habitam a bacia do rio Murucupi têm direito a um cartão de alimentação pago pela mineradora.

— Centenas de pessoas atingidas pelo vazamento não foram contempladas pelo TAC. A parte de recuperação ambiental também não foi cumprida em quase nada— disse Robert Rodrigues, coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Procurada, a Hydro declarou que as fortes chuvas causaram um alagamento em toda a cidade, inclusive dentro da refinaria, mas reitera que os depósitos não transbordaram. Sobre os laudos do IEC, a Hydro disse que “todas as análises mostram que a operação estava dentro da legislação”. Sobre os dois descartes descobertos posteriormente, a empresa afirmou que se tratavam de manilhas antigas, lacradas com cimento, que acabaram rompidas pela pressão da água. Por esse motivo, os rejeitos teriam vazado.

MME / ASCOM .